



Instituto de Previdência do Município de Itaíba

Rua Águas Belas, nº 01 - Centro - CEP: 56550-000 - Itaíba - PE

CNPJ: 07.177.308/0001-56 - Fone/Fax: (87) 3849-1369

E-mail: iprevi@previtaiba.pe.gov.br



Documento Assinado Digitalmente por: MARCIO RAMOS DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do Documento: 145d53a8-4acf-4509-b1f6-7017200cda

DECLARAÇÃO

Para cumprimento do disposto no item 27 do Anexo X da Resolução T. C. nº 216/2023 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, declaramos que não foram realizados Termos de Acordo de Pagamento, neste Instituto de Previdência, durante o exercício de 2023.

Itaíba (PE), 29 de dezembro de 2023.

MARCIO RAMOS DE OLIVEIRA:76317005400
Assinado de forma digital por MARCIO RAMOS DE OLIVEIRA:76317005400

MÁRCIO RAMOS DE OLIVEIRA
Presidente

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02206/2013)**



Documento Assinado Digitalmente por: MARCIO RAMOS DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 145d53a8-4dcf-4509-b00e-41707200da

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Itaíba/PE	CNPJ:	11.286.382/0001-88
Endereço:	PRAÇA CORONEL FRANCISCO MARTINS	CEP:	56550-000
Bairro:	CENTRO	Fax:	(087) 3849-1137
Telefone:	(087) 3849-1137		
E-mail:	reginadasaude2017@hotmail.com		
Representante legal:	JULIANO NEMÉSIO MARTINS		
CPF:	060.191.054-07		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	julianomartins45@hotmail.com	Data início da gestão:	01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAÍBA	CNPJ:	07.177.308/0001-56
Endereço:	RUA AGUAS BELAS, 01	CEP:	56550-000
Bairro:	CENTRO	Fax:	(087) 3849-1369
Telefone:	(087) 3849-1363		
E-mail:	iprevi2017@hotmail.com		
Representante legal:	MARIA DAS GRAÇAS RAMOS DE MELO SILVA		
CPF:	485.860.644-91		
Cargo:	Presidente	Complemento:	
E-mail:	institutoprevitaiba@hotmail.com	Data início da gestão:	14/05/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 398/2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAÍBA é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Itaíba da quantia de R\$ 3.713.077,26 (três milhões e setecentos e treze mil e setenta e sete reais e vinte e seis centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2007 a 10/2012, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Itaíba confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 3.713.077,26 (três milhões e setecentos e treze mil e setenta e sete reais e vinte e seis centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 15.471,16 (quinze mil e quatrocentos e setenta e um reais e dezesseis centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 15.471,16 (quinze mil e quatrocentos e setenta e um reais e dezesseis centavos), vencerá em 10/09/2013 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês subsequente ao vencimento até o mês anterior ao da consolidação do débito e 1% no mês da consolidação, acrescidos de multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº Lei Parcelamento Previdencia 2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pela taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês subsequente ao da consolidação do débito até o mês anterior ao do vencimento e 1% no mês do vencimento, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, as mesmas serão atualizadas pela taxa referencial do

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 02206/2013)



Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC acumulada mensalmente a partir do mês do vencimento até o mês anterior ao vencimento e 1% no mês do pagamento.

Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Sétima - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Itaíba - PE / 29/08/2013

Prefeitura Municipal de Itaíba
JULIANO NEMÉSIO MARTINS

Maria das Graças Ramos de Melo Silva
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAÍBA
MARIA DAS GRAÇAS RAMOS DE MELO SILVA

Testemunhas:

Valdomiro dos Santos Martins
VALDOMIRO DOS SANTOS MARTINS
Diretor Administrativo
CPF: 819.978.844-53
RG: 5101662 SSPPE

Edivânia Pereira Cavalcante
EDIVANIA PEREIRA CAVALCANTE
Diretora de Contabilidade
CPF: 034.748.994-06
RG: 6039127 SSPPE

Documento Assinado Digitalmente por: MARCIO RAMOS DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tcepe.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do Documento: 145d53a8-4acf-4509-bfbc-a707200cda



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS. 002/2008**

O MUNICÍPIO DE ITAÍBA, Estado de Pernambuco, pessoa jurídica de direito público interno, com sede sito a Praça Cel. Francisco Martins s/n.º, Centro, CEP 56.550-000, Itaíba/PE, devidamente, inscrita no CNPJ sob o nº 11.286.382/0001-88, neste ato denominado DEVEDOR, representada neste termo pelo seu Exmo. Prefeito Municipal Sr. Marivaldo Bispo da Silva, Brasileiro, casado, servidor público Municipal, portador do RG n.º 3.062.748 SSP/PE e do CPF/MF nº 434.921.854-87, residente e domiciliado sito a Rua Major Antonio Inácio nº 509, Vilas Negras, no Município de Itaíba/PE; e o IPREVI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAÍBA, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.177.308/0001-56, sito à Praça Cel. Francisco Martins, anexo ao Paço Municipal - Centro, neste município, neste ato representado pela sua Exma Diretora Executiva. Sra. Elaine Auxiliadora da Silva, brasileira, solteira, Servidora Pública Municipal, portadora do RG nº 5.205.866 SSP/PE, e do CPF/MF nº 869.658.244-68, órgão direto no âmbito da Administração Municipal, instituído em, 18 de setembro de 2002, através da Lei Municipal nº 281/2002, doravante neste ato denominado CREDOR, com fundamentos na Lei municipal nº 916/2004 de 29 de abril de 2004, acordam o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - do Objeto:

O IPREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Itaíba/PE é **CREDOR**, junto a Prefeitura Municipal de Itaíba/PE, da importância total de R\$ 752.887,28, (setecentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos), correspondente a diferenças de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas, ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos municipais de Itaíba/PE, concernentes somente sobre contribuições da parte do Ente Municipal previstas nas Leis Municipais de nº. 293/2004 de 06 de setembro de 2004 e Lei nº 307/2006 de 25 de agosto de 2006.

Pelo presente instrumento a Prefeitura Municipal de Itaíba/PE, confessa ser devedora da importância acima mencionada, conforme os períodos abaixo especificados, e compromete-se a efetuar a quitação da seguinte forma:

2003/ contribuições do Ente e Segurado, diferença referente aos meses de janeiro a dezembro, incluso décimo terceiro salário no valor total de R\$ 1.093.585,36 (um milhão e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos), parceladas em 240 (duzentos e quarenta) parcelas de R\$ 4.556,61 (quatro mil quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavo)

A DEVEDORA renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do IPREVI - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Itaíba/PE de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas, não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período



CLÁUSULA SEGUNDA - do Pagamento:

I - Estabelece-se que o valor atualizado da dívida da Prefeitura Municipal de Itaíba/PE com o IPREVI – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Itaíba/PE, referente ao período de Julho agosto e dezembro de 2005, e de janeiro a dezembro de 2006 inclusive, 13º salário, referente a débitos de Contribuições previdenciárias, conforme planilha abaixo, e em anexo, discriminando o valor originário de cada competência, os índices de atualização aplicados e o valor corrigido até a data do parcelamento.

2003:

Compet.	Diferença	(2%) Multa	1% Juros	Valor Juros	IGPM	VI Atualizado	Valor Devido
janeiro	R\$ 28.738,92	154,62	60%	R\$ 17.336,13	1,3909	R\$ 64.085,78	R\$ 81.421,91
Fevereiro	R\$ 25.224,73	96,84	59%	R\$ 14.939,73	1,4233	R\$ 57.166,08	R\$ 72.105,80
Março	R\$ 33.737,81	272,11	58%	R\$ 19.725,76	1,4557	R\$ 77.826,92	R\$ 97.552,67
Abril	R\$ 22.601,17	106,83	57%	R\$ 12.943,56	1,478	R\$ 52.535,11	R\$ 65.478,67
Mai	R\$ 37.667,31	295,81	56%	R\$ 21.259,35	1,4916	R\$ 87.895,01	R\$ 109.154,36
Junho	R\$ 36.636,46	278,98	55%	R\$ 20.303,50	1,4877	R\$ 84.709,58	R\$ 105.013,07
Julho	R\$ 45.822,65	422,19	54%	R\$ 24.972,22	1,4728	R\$ 104.266,69	R\$ 129.238,91
Agosto	R\$ 44.697,52	403,68	53%	R\$ 23.903,63	1,4666	R\$ 100.610,45	R\$ 124.514,08
Setembro	R\$ 34.973,55	218,56	52%	R\$ 18.299,90	1,4722	R\$ 78.429,16	R\$ 96.729,06
Outubro	R\$ 35.133,32	231,96	51%	R\$ 18.036,29	1,4896	R\$ 79.201,45	R\$ 97.237,74
Novembro	R\$ 23.637,03	310,01	50%	R\$ 11.973,52	1,4953	R\$ 53.248,46	R\$ 65.221,98
Dezembro	R\$ 18.020,31	360,41	49%	R\$ 9.006,55	1,5026	R\$ 40.610,56	R\$ 49.617,11
Totais	R\$ 386.890,79	3.152,01		R\$ 212.700,12		R\$ 880.585,24	R\$ 1.093.285,36

II - O parcelamento, de acordo com o art. 32 da ON nº 01, de janeiro de 2007, no montante de R\$ 1.093.585,36 (um milhão e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e seis centavos) em 240 (duzentos e quarenta) parcelas de R\$ 4.556,61 (quatro mil quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavo), conforme determina a Lei Municipal de nº 308/2006, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

III- A primeira parcela, no valor R\$ 4.556,61 (quatro mil quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavo) será paga em 12 de março de 2008, e as demais parcelas, na mesma data dos meses ulteriores, comprometendo-se o DEVEDOR pagar as parcela em dia, acrescidas dos juros e atualizações estabelecidos na cláusula terceira.

IV- Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, incidirão juros 6,0% aa (seis por cento) ao ano, e correção pelo índice INPC, desde a data do vencimento até a data do pagamento.

V- A Devedora se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

VI- O parcelamento dessa dívida, constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, ressalvados os privilégios assegurados ao IPREVI – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Itaíba/PE para a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos citados índices até a data da inscrição em Dívida Ativa.

VII- A eficácia deste Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários ficará na dependência da comprovação do recolhimento regular, nas épocas próprias, das parcelas e das contribuições correntes, a partir da competência do mês em que este Termo for assinado.



VII- A eficácia deste Termo de Confissão e Parcelamento de Débitos Previdenciários ficará na dependência da comprovação do recolhimento regular, nas épocas próprias, das parcelas e das contribuições correntes, a partir da competência do mês em que este Termo for assinado.

VIII- Fica comprometido que o Município informará o pagamento de cada prestação mensal deste Termo e o recolhimento de quaisquer contribuições previdenciária correntes mensais, incidentes sobre a remuneração dos servidores efetivos, tanto a parte retida dos servidores efetivos, quanto a parte patronal, em conformidade com as alíquotas previdenciárias apuradas pelo Cálculo Atuarial enviado ao Ministério da Previdência Social, e definida em Lei Municipal, através dos seguintes documentos:

- a) o demonstrativo previdenciário;
- b) o demonstrativo financeiro; e
- c) o comprovante de repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA - da correção:

O Montante será atualizado pelo índice do IGPM, acrescido multa de 2% (dois por cento) e de uma taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês, e as parcelas vincendas determinadas na Cláusula 2ª serão atualizadas pelos índices do INPC, acrescidas de taxa de juros de 6,00% aa (seis por cento) ao ano, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

CLÁUSULA QUINTA - da Inadimplência:

Fica convencionado entre as partes que o não pagamento pelo DEVEDOR de qualquer das parcelas nos vencimentos estipulados, implicará no imediato vencimento do saldo devedor remanescente, passando a ser inscrito em dívida na Dívida Ativa do CREDOR, com os acréscimos legais.

CLÁUSULA QUINTA: da mora:

O CREDOR não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para constituir o DEVEDOR em mora pelo não pagamento de qualquer das parcelas do presente Termo, sendo que o simples e puro inadimplemento já obrigará o DEVEDOR a pagar a totalidade remanescente na forma prevista na Cláusula Quarta.

CLÁUSULA SEXTA - Da Rescisão:

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes.
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas, servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.



A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor, sujeitando-se a DEVEDORA à sua cobrança judicial, acrescida dos juros de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da última parcela paga, até a da inscrição da dívida e honorários advocatícios.

CLÁUSULA SÉTIMA: Da Definitividade

A assinatura do presente Termo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos art. 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA: Da Publicidade

O presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação, que será feita por extrato em jornal ou no mural em 03/03/2008.

CLÁUSULA NONA: Do Foro

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente Termo, as partes de comum acordo elegem o foro da Comarca do Município Itaíba, do estado de Pernambuco

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, diante de 2 (duas) testemunhas.

Pernambuco, 03 de março de 2008

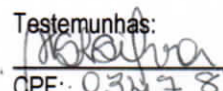


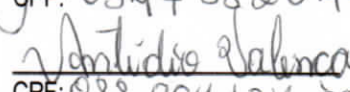
MARIVALDO BISPO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÍBA/PE



ELAÍNE AUXILIADORA DA SILVA
IPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ITAÍBA/PE

Testemunhas:


CPF: 034788204-80


CPF: 088.994.184-03



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÍBA

Praca Francisco Martins, s/n - Centro - Itaíba - PE

CNPJ.: 11.286.382/0001-88 - Fone (87) 3849-1144 / 3849-1145

Exercício 2003

Compet.	Valor Ente	Valor Serv.	Total Devido	VI. Pago Ente	VI. Pago Segg.	Pagos Diretos	Total Pagos	Dif. A ser paga:
Janeiro	28.072,03	23.393,36	R\$ 51.465,39	1.192,74	18.719,48	R\$ 1.621,51	R\$ 2.814,25	R\$ 28.738,92
Fevereiro	24.459,48	20.382,90	R\$ 44.842,38	0,00	17.774,14	R\$ 1.843,51	R\$ 1.843,51	R\$ 26.224,73
Março	24.158,78	20.132,32	R\$ 44.291,10	0,00	7.470,53	R\$ 3.082,76	R\$ 3.082,76	R\$ 33.737,81
Abril	26.012,77	21.677,31	R\$ 47.690,08	2.208,93	17.812,54	R\$ 2.858,51	R\$ 5.067,44	R\$ 22.601,17
Maio	27.451,95	22.876,63	R\$ 50.328,58	0,00	9.677,27	R\$ 2.984,00	R\$ 2.984,00	R\$ 37.667,31
Junho	27.224,73	22.687,28	R\$ 49.912,01	0,00	10.086,55	R\$ 3.190,20	R\$ 3.190,20	R\$ 36.636,46
Julho	29.830,56	24.858,80	R\$ 54.689,36	72,91	6.245,69	R\$ 2.475,20	R\$ 2.548,11	R\$ 45.822,65
Agosto	29.416,35	24.513,62	R\$ 53.929,97	0,00	6.556,83	R\$ 2.673,62	R\$ 2.673,62	R\$ 44.697,52
Setembro	28.854,38	24.045,31	R\$ 52.899,69	0,00	14.530,88	R\$ 3.395,26	R\$ 3.395,26	R\$ 34.973,55
Outubro	28.505,21	23.754,34	R\$ 52.259,55	109,39	14.135,05	R\$ 2.772,40	R\$ 2.881,79	R\$ 35.133,32
Novembro	29.512,15	24.593,46	R\$ 54.105,61	8.228,45	12.330,88	R\$ 1.681,00	R\$ 9.909,45	R\$ 23.637,03
Dezembro	55.348,96	46.124,13	R\$ 101.473,09	0,00	46.124,13	R\$ 37.328,65	R\$ 37.328,65	R\$ 18.020,31
	R\$ 358.847,36	R\$ 299.039,46	R\$ 657.886,82	R\$ 11.812,42	R\$ 181.464,57	R\$ 65.906,62	R\$ 77.719,04	R\$ 386.890,79

Compet.	Diferença	(2%) Multa	1% Juros	Valor Juros	IGPM	VI Atualizado	Valor Devido	R\$ 1.093.585,36
Janeiro	R\$ 28.738,92	154,62	60%	R\$ 17.336,73	1,3909	R\$ 64.085,78	R\$ 81.421,91	240
Fevereiro	R\$ 25.224,73	96,84	59%	R\$ 14.939,73	1,4233	R\$ 57.166,08	R\$ 72.105,80	R\$ 4.556,61
Março	R\$ 33.737,81	272,11	58%	R\$ 19.725,76	1,4557	R\$ 77.826,92	R\$ 97.552,67	
Abril	R\$ 22.601,17	106,83	57%	R\$ 12.943,56	1,478	R\$ 52.535,11	R\$ 65.478,67	
Maio	R\$ 37.667,31	295,81	56%	R\$ 21.259,55	1,4916	R\$ 87.895,01	R\$ 109.154,36	
Junho	R\$ 36.636,46	278,98	55%	R\$ 20.303,50	1,4877	R\$ 84.709,58	R\$ 105.013,07	
Julho	R\$ 45.822,65	422,19	54%	R\$ 24.972,22	1,4728	R\$ 104.266,69	R\$ 129.238,91	
Agosto	R\$ 44.697,52	403,68	53%	R\$ 23.903,63	1,4666	R\$ 100.610,45	R\$ 124.514,08	
Setembro	R\$ 34.973,55	218,56	52%	R\$ 18.299,90	1,4722	R\$ 78.429,16	R\$ 96.729,06	
Outubro	R\$ 35.133,32	231,96	51%	R\$ 18.036,29	1,4896	R\$ 79.201,45	R\$ 97.237,74	
Novembro	R\$ 23.637,03	310,01	50%	R\$ 11.973,52	1,4953	R\$ 53.248,46	R\$ 65.221,98	
Dezembro	R\$ 18.020,31	360,41	49%	R\$ 9.006,55	1,5026	R\$ 40.610,56	R\$ 49.617,11	
	R\$ 386.890,79	3.152,01		R\$ 212.700,12		R\$ 890.585,24	R\$ 1.093.285,36	

Valor Total Devido = 1.093.585,36

240

4.556,61



Documento Assinado Digitalmente por: MARCIO RAMOS DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://ecec.ice.pe.gov.br/ppv/validaDoc.seam> Código do documento: 14505348-4acf-4509-bbce-at70f7200c-da

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 11.286.382/0001-88

Número do acordo: 02206/2013

Data de consolidação do Termo: 29/08/2013

Ente: Prefeitura Municipal de Itaíba / PE

Data de assinatura do Termo: 29/08/2013

Título: Parcelamento Contribuição Patronal 2013 240 Meses

Data de vencimento da 1ª: 10/09/2013

Lei autorizativa do parcelamento: 398/2013

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (240 meses)

Competência: Inicial: 01/2007 Final: 10/2012

Quantidade de Parcelas: 240

Diferença apurada: 2.239.397,37

Diferença apurada atualizada: 3.713.077,26

Valor da parcela na data de consolidação: 15.471,16

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: SELIC

Taxa de juros: 1,00 am

Tipo de juros: Simples

Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: SELIC

Taxa de juros: 1,00 am

Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: SELIC

Taxa de juros: 1,00 am

Tipo de juros: Simples

Multa:



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2007	3.254,40	1,08	65,77	2.140,42	78,00	4.207,96	65,09	9.667,87
02/2007	8.348,28	1,00	64,72	5.403,01	77,00	10.588,49	166,97	24.506,75
03/2007	6.626,78	1,05	63,72	4.222,58	76,00	8.245,51	132,54	19.227,41
04/2007	1.068,93	1,00	62,69	670,11	75,00	1.304,28	21,38	3.064,70
05/2007	0,00	1,03	61,69	0,00	74,00	0,00	0,00	0,00
06/2007		1,00	60,69		73,00			
07/2007	81,53	1,00	59,69	48,67	72,00	93,74	1,63	225,57
08/2007	6.742,71	1,00	58,69	3.957,30	71,00	7.597,01	134,85	18.431,87
09/2007		1,00	57,76		70,00			
10/2007		0,93	56,92		69,00			
11/2007		0,84	56,08		68,00			
12/2007	16.242,52	0,84	55,15	8.957,75	67,00	16.884,18	324,85	42.409,30
13/2007	11.229,69	0,84	55,15	6.193,17	67,00	11.673,32	224,59	29.320,77
01/2008	8.124,59	0,93	54,35	4.415,71	66,00	8.276,60	162,49	20.979,39
02/2008		0,80	53,51		65,00			
03/2008		0,84	52,61		64,00			
04/2008		0,90	51,73		63,00			
05/2008		0,88	50,77		62,00			
06/2008	22.188,64	0,96	49,70	11.027,75	61,00	20.262,00	443,77	53.922,16
07/2008	4.594,93	1,07	48,68	2.236,81	60,00	4.099,04	91,90	11.022,68
08/2008	2.484,66	1,02	47,58	1.182,20	59,00	2.163,45	49,69	5.880,00



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2008	4.721,12	1,10	46,40	2.190,60	58,00	4.008,80	94,42	11.014,94
10/2008	30.108,52	1,18	45,38	13.663,25	57,00	24.949,91	602,17	69.323,85
11/2008		1,02	44,26		56,00			
12/2008	34.178,14	1,12	42,21	14.426,59	55,00	26.732,60	683,56	76.020,89
13/2008	25.177,27	1,12	42,21	10.627,33	55,00	19.692,53	503,55	56.000,68
01/2009	614,52	1,05	41,35	254,10	54,00	469,05	12,29	1.349,96
02/2009		0,86	40,38		53,00			
03/2009	25.083,23	0,97	39,54	9.917,91	52,00	18.200,59	501,66	53.703,39
04/2009		0,84	38,77		51,00			
05/2009	37.062,70	0,77	38,01	14.087,53	50,00	25.575,12	741,25	77.466,60
06/2009	71.605,54	0,76	37,22	26.651,58	49,00	48.145,99	1.432,11	147.835,22
07/2009	30.246,83	0,79	36,53	11.049,17	48,00	19.822,08	604,94	61.723,02
08/2009	19.783,82	0,69	35,84	7.090,52	47,00	12.630,94	395,68	39.900,96
09/2009	35.207,31	0,69	35,15	12.375,37	46,00	21.888,03	704,15	70.174,86
10/2009	22.937,10	0,69	34,49	7.911,01	45,00	13.881,65	458,74	45.188,50
11/2009	34.640,47	0,66	33,76	11.694,62	44,00	20.387,44	692,81	67.415,34
12/2009	84.960,21	0,73	33,10	28.121,83	43,00	48.625,28	1.699,20	163.406,52
13/2009	66.934,81	0,73	33,10	22.155,42	43,00	38.308,80	1.338,70	128.737,73
01/2010		0,66	32,51		42,00			
02/2010	21.273,76	0,59	31,75	6.754,42	41,00	11.491,55	425,48	39.945,21
03/2010	1.723,05	0,76	31,08	535,52	40,00	903,43	34,46	3.196,46
04/2010	6.475,16	0,67	30,33	1.963,92	39,00	3.291,24	129,50	11.859,82
05/2010	0,00	0,75	29,54	0,00	38,00	0,00	0,00	0,00
06/2010		0,79	28,68		37,00			



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

07/2010	16.965,54	0,86	27,79	4.714,72	36,00	7.804,89	339,31	29.824,46
08/2010	82.200,11	0,89	26,94	22.144,71	35,00	36.520,69	1.644,00	142.509,51
09/2010	60.159,35	0,85	26,13	15.719,64	34,00	25.798,86	1.203,19	102.881,04
10/2010	100.169,07	0,81	25,32	25.362,81	33,00	41.425,52	2.003,38	168.960,78
11/2010	101.348,44	0,81	24,39	24.718,88	32,00	40.341,54	2.026,97	168.435,83
12/2010	119.341,33	0,93	23,53	28.081,01	31,00	45.700,93	2.386,83	195.510,10
13/2010	93.645,94	0,93	23,53	22.034,89	31,00	35.861,06	1.872,92	153.414,81
01/2011	5.713,09	0,86	22,69	1.296,30	30,00	2.102,82	114,26	9.226,47
02/2011	15.399,90	0,84	21,77	3.352,56	29,00	5.438,21	308,00	24.498,67
03/2011		0,92	20,93		28,00			
04/2011	14.137,97	0,84	19,94	2.819,11	27,00	4.578,41	282,76	21.818,25
05/2011	18.713,13	0,99	18,98	3.551,75	26,00	5.788,87	374,26	28.428,01
06/2011	33.922,41	0,96	18,01	6.109,43	25,00	10.007,96	678,45	50.718,25
07/2011	33.784,73	0,97	16,94	5.723,13	24,00	9.481,89	675,69	49.665,44
08/2011	98.578,58	1,07	16,00	15.772,57	23,00	26.300,76	1.971,57	142.623,48
09/2011	97.789,22	0,94	15,12	14.785,73	22,00	24.766,49	1.955,78	139.297,22
10/2011	98.876,75	0,88	14,26	14.099,82	21,00	23.725,08	1.977,54	138.679,19
11/2011	98.931,26	0,86	13,35	13.207,32	20,00	22.427,72	1.978,63	136.544,93
12/2011	98.565,54	0,91	12,46	12.281,27	19,00	21.060,89	1.971,31	133.879,01
13/2011	92.302,81	0,91	12,46	11.500,93	19,00	19.722,71	1.846,06	125.372,51
01/2012	756,62	0,89	11,71	88,60	18,00	152,14	15,13	1.012,49
02/2012	15.697,34	0,75	10,89	1.709,44	17,00	2.959,15	313,95	20.679,88
03/2012	22.476,81	0,82	10,18	2.288,14	16,00	3.962,39	449,54	29.176,88
04/2012	17.874,47	0,71	9,44	1.687,35	15,00	2.934,27	357,49	22.853,58



Documento Assinado Digitalmente por: MARCIO RAMOS DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ppp/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=145d53a8-4acf-4509-b1bc-af70f7200cda>

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

05/2012	36.532,34	0,74	8,80	3.214,85	14,00	5.564,61	730,65	46.042,45
06/2012	64.290,79	0,64	8,12	5.220,41	13,00	9.036,46	1.285,82	79.833,48
07/2012	37.081,87	0,68	7,43	2.755,18	12,00	4.780,45	741,64	45.359,14
08/2012	18.750,93	0,69	6,89	1.291,94	11,00	2.204,72	375,02	22.622,61
09/2012	65.144,64	0,54	6,28	4.091,08	10,00	6.923,57	1.302,89	77.462,18
10/2012	36.525,17	0,61	5,73	2.092,89	9,00	3.475,63	730,50	42.824,19
TOTAL:	2.239.397,37			523.642,63		905.249,30	44.787,96	3.713.077,26



Documento Assinado Digitalmente por: MARCIO RAMOS DE OLIVEIRA
Acesse em: <http://ceice.pe.gov.br/validadoc/seam> Código do documento: 145d53a8-4ac1-4509-bb0c-a170f7200cda

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Itaíba / PE - 11.286.382/0001-88
Representante Legal: 060.191.054-07 - JULIANO NEMÉSIO MARTINS

Data: 02/12/15

Assinatura:

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAÍBA - 07.177.308/0001-56
Representante Legal: 485.860.644-91 - MARIA DAS GRAÇAS RAMOS DE MELO SILVA

Data: 02/12/15

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: VALDOMIRO DOS SANTOS MARTINS

Cargo: Diretor Administrativo

CPF: 819.978.844-53

Edivânia Pereira Cavalcante

Nome: EDIVANIA PEREIRA CAVALCANTE

Cargo: Diretora de Contabilidade

CPF: 034.748.994-06